

FÁBRICA DE CIMENTO PORTLAND PERUS:

ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA ENTRE MOVIMENTOS
POPULARES E ESCOLAS NO BAIRRO DE PERUS

REGINA CÉLIA SOARES BORTOTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Formada em Letras, com complementação em Pedagogia, pós-graduação *lato-sensu* na área de Sociologia. Aposentada como diretora de escola pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Atualmente participa do Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Portland Perus, do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá-Perus, da Associação dos Aposentados de Perus e da Rede Paulista de Educação Patrimonial.
E-mail: rebortoto@gmail.com

MARIA HELENA BERTOLINI BEZERRA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO,
SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Graduação e especialização em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Mestrado e doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade de São Paulo, com concentração na área de Sociologia da Educação, subárea Escola e Cultura. Foi professora da escola básica na rede estadual e municipal e docente do Instituto Mairiporã de Ensino Superior. Atualmente é professora da Universidade do Brasil (Uniesp). Possui pós-doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo, com pesquisa no campo do currículo escolar. Atua como formadora no programa Parceria Votorantin Pela Educação e como professora bolsista na Universidade Federal de São Paulo e Universidade Aberta do Brasil.
E-mail: lena_bertolini@yahoo.com.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp185-210>

FÁBRICA DE CIMENTO PORTLAND PERUS: ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA ENTRE MOVIMENTOS POPULARES E ESCOLAS NO BAIRRO DE PERUS

REGINA CÉLIA SOARES BORTOTO, MARIA HELENA BERTOLINI BEZERRA

RESUMO

Atuando sob os princípios da “não violência ativa”, a luta dos Queixadas, operários da Fábrica de Cimento Portland Perus, localizada no bairro de Perus, instalada em 1924, configurou um novo panorama de atuação sindical que permitiu mudanças em vários aspectos, entre elas a participação das mulheres ao lado de seus maridos, conquistas trabalhistas, lutas ambientais etc. Comissões de greve visitaram fábricas, escolas, universidades e demais espaços e tais visitas repercutiram, segundo o dr. Mário Carvalho de Jesus, advogado do Sindicato dos Trabalhadores “da Cimento Perus”, em toda a cidade de São Paulo, numa demonstração de que a união e a firmeza permanente, lema do movimento, seria a forma mais eficaz e eficiente de lutar contra as forças opressoras da sociedade e a exploração do capital. O legado dessa luta resiste ao longo de décadas, por meio de um diálogo entre gerações. As histórias e memórias dos operários, ou seja, suas lutas por justiça e dignidade, além do valor arquitetônico e industrial da Fábrica, motivou o desejo pelo seu tombamento, sua preservação e por sua transformação em Centro de Cultura e Memória do Trabalhador. Além disso, essa luta que transpôs os muros da Fábrica, envolvendo a comunidade local, alcançou os muros de muitas escolas no bairro, as quais passaram a ter em sua prática educativa, dentro e fora de suas dependências, uma real articulação com temas significativos para os estudantes oriundos dessa herança Queixada, defendendo a ideia de que a educação pode ser efetivamente vista como instrumento libertador e transformador.

PALAVRAS-CHAVE

Movimento operário. Patrimônio industrial. Memória social. Educação.

PORTLAND PERUS CEMENT FACTORY: PEDAGOGICAL ARTICULATION BETWEEN POPULAR MOVEMENTS AND SCHOOLS IN THE NEIGHBORHOOD OF PERUS

REGINA CÉLIA SOARES BORTOTO, MARIA HELENA BERTOLINI BEZERRA

ABSTRACT

Acting under the principles of “active nonviolence”, the Queixadas, workers at Portland Perus Cement company, located in the neighborhood of Perus, São Paulo, established in 1924 a new panorama of union activity that allowed changes in several aspects; among them the participation of women alongside their husbands, labor conquests, environmental struggles and so on. According to Mário Carvalho de Jesus, lawyer of the workers union “CimentoPerus”, strike committees visited factories, schools, universities and other spaces all over the city of São Paulo in a demonstration that the union and the permanent firmness, the motto of the Movement, would be the most effective and efficient way of fighting against the oppressive forces of society and the exploitation of capital. The legacy of this struggle resists for decades through a dialogue between generations. The workers’ stories and memories, that is, their struggles for justice and dignity, as well as the architectural and industrial value of the Factory, motivated the desire for its protection, its preservation and its transformation into the Worker’s Culture and Memory Center. Moreover, this struggle that transposed the walls of the Factory, involving the local community, reached the walls of many schools in the neighborhood, which began to have in their educational practice, inside and outside their premises, a real articulation with significant themes regarding the Queixada heritage for the students, defending the idea that Education can be effectively seen as a liberating and transforming instrument.

KEYWORDS

Labor movement. Industrial heritage. Social memory. Education.

1 INTRODUÇÃO: PERUS, FÁBRICA E MOVIMENTO DOS QUEIXADAS

Perus, bairro localizado na periferia, região noroeste da cidade de São Paulo, tem uma história singular de muita luta vivida por seus moradores mais antigos. Em 1915, apenas para situar esta narrativa, foram iniciados os primeiros estudos sobre a possibilidade de instalação nas propriedades da Companhia Industrial e Estrada de Ferro Perus-Pyrapora (construída em 1914 e tombada em 1987) de uma usina de cimento por causa da abundância de matéria-prima encontrada na região.

A construção da Fábrica de Cimento Portland Perus iniciou-se em agosto de 1924, e em abril de 1926 efetivou-se a primeira produção de cimento, tendo uma empresa do Canadá como maior investidora.

Durante a primeira gestão da Fábrica de Cimento Portland Perus, “nos tempos dos canadenses” como era identificada pelos ex-trabalhadores e parentes, somada às atividades produtivas (extração, transporte e fabricação), surgiram na área da Fábrica não só as vilas operárias (Vila Portland, Vila Fábrica e Vila Triângulo, sendo a Triângulo a única vila operária preservada), mas também a formação de estruturas de lazer, como o Clube Esportivo Portland (espaço de convívio, de jogos de carta, bailes e jogos de futebol), além do comércio e da assistência médica que coexistiam com o espaço de produção.

A Companhia Brasileira de Cimento Portland construiu em suas terras moradias com alguma infraestrutura, como água, esgoto e energia elétrica, a exemplo de outras grandes indústrias da época, devido à necessidade de atrair e manter pessoal qualificado, bem como garantir um fluxo regular de mão de obra. Vale destacar que a eletrificação era artigo de privilégio para os moradores da Fábrica; a luz elétrica só foi instalada no bairro de Perus mais de duas décadas depois, em 1953.

Portanto, as vilas operárias, de um lado, serviram como uma forma de fixar os trabalhadores próximo ao local de trabalho, por se tratar de uma fábrica localizada perto da sua fonte de matéria-prima, e, por outro lado, distanciá-los dos equipamentos que compõem um centro urbano. Pode-se sublinhar, entretanto, baseado em relatos, que mesmo com as condições básicas havia o evidente exercício de controle muito mais próximo, que extrapolava as relações de trabalho e atingia as esferas da moradia e do consumo dos operários.

Em 1954, o então deputado José João (“J. J.”) Abdalla — médico, vereador e prefeito da cidade paulista de Birigui (1937-1941) pelo Partido Social Democrático (PSD), deputado federal pela mesma agremiação, secretário do Trabalho do governador Ademar de Barros (1950-1951), líder de um extenso império industrial, bancário e agropecuário, conhecido como o “mau patrão” (apelido conferido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*), adquiriu a Fábrica de Cimento. Seu total descaso em relação à manutenção das instalações e a contínua diminuição de postos de trabalho propiciou um cenário de lutas e greves. Foi durante essa gestão da fábrica que, em 1958, o movimento operário entrou em greve para fazer valer o reajuste salarial.

Na perspectiva de ampliar a discussão para além das questões que parecem restritas ao universo de uma fábrica, a postura dos grevistas “da Perus” (a Fábrica era assim denominada por muitos trabalhadores, sindicalistas e moradores do bairro) objetivou uma atuação macro na sociedade do trabalho, reconhecendo seu papel preponderante na definição das relações entre a venda de sua força de trabalho e a valoração da mercadoria que dela é produzida, ou seja, além da pauta de reivindicação, do reajuste salarial, os Queixadas (como ficaram conhecidos os trabalhadores grevistas, devido à semelhança da forma de agir em suas lutas, ou seja, como uma espécie de “porcos-do-mato”, os quais se juntam para se defender ao se sentirem atacados), passaram a ser críticos dessa dinâmica do capital.

Propondo a participação no plano de distribuição do lucro e atuando sob os princípios da não violência ativa, os Queixadas configuraram um novo panorama de atuação sindical, permitindo algumas mudanças. Entre elas, ressalta-se a possibilidade de participação das mulheres ao lado de seus maridos operários, inclusive com a participação de seus filhos. Comissões de greve visitaram fábricas, escolas e universidades. Repercutiu favoravelmente na opinião pública, segundo relato do dr. Mário Carvalho de Jesus, advogado do Sindicato da Perus, a seguinte mensagem: “Estamos dispostos a ganhar menos, se o preço do cimento baixar”¹ (JESUS, 1992, p.30).

Mário Carvalho de Jesus desde sua juventude se aproximou das causas trabalhistas; quando militante pela Ação Católica, nos ramos da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Operária Católica (JOC). Por meio dessa organização, dr. Mário teve acesso aos princípios postulados pelo Movimento de Economia e Humanismo, fundado pelo Padre Leuret, os quais pôde vivenciar atuando no sindicalismo francês e participando da Convenção 87, onde foi proposta a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dessa experiência, dr. Mário voltou ao Brasil querendo rever a forma sindical implementada durante o governo Vargas, discutindo formas mais plurais e autônomas de atuação, afirmando:

Através da assistência jurídica aos trabalhadores, fomos descobrindo que esse serviço pode ser encarado de duas formas: limitar-se a resolver a questão jurídica e manter tudo como está; ou aproveitar-se do problema jurídico para um processo de conscientização a respeito da dignidade humana e das estruturas que nos oprimem. (JESUS, 1997, p. 13)

1. Em 2014, fruto de uma das disciplinas oferecidas pela Universidade Livre Colaborativa em parceria com o curso de pós-graduação da FAU-USP, foram catalogados e centralizados diversos acervos que guardam documentos referentes ao histórico de luta dos operários que trabalhavam na Fábrica de Cimento Portland Perus e ao processo de tombamento. Esta catalogação está subdividida em: Acervos Pessoais: antigos moradores do bairro de Perus que reuniram suas experiências em livros por eles publicados, fotografias e reportagens; Arquivo Edgar Leuenroth (AEL): centro de pesquisa e de documentação social, tendo sua instalação junto à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), recebeu por doação da família o acervo pessoal de Mario Carvalho de Jesus, advogado do movimento operário e cofundador da Frente Nacional do Trabalho; Conpresp/Condephaat: apresenta os processos de tombamento da Linha Férrea Perus-Pirapora e da Fábrica de Cimento Portland Perus; JUC/JOC: Juventude Universitária Católica/Juventude Operária Católica, grupos dos quais Mario Carvalho de Jesus participou e que embasam os princípios de luta do movimento operário em Perus; Jurídico: processos que tramitam no Ministério Público entre 1994 e 2014, referente ao tombamento do conjunto edificado da fábrica e ferrovia; Jornais: acervo de notícia dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, entre o período das décadas de 1920 e 1980, que relatam todo o processo de luta do movimento operário de Perus; além de artigos, publicações, teses, dissertações, vídeos e reportagens.

Foi, então, a partir da presença do dr. Mário Carvalho de Jesus que se estabeleceram as discussões e práticas do que seria outra forma de atuação sindical, cujo objetivo era o de compreender e superar as raízes da desigualdade e exploração, isto é, refletir sobre o próprio sistema capitalista e agir nesse sistema por meios não violentos. As práticas de luta dos Queixadas foram inspiradas no Sermão da Montanha retomado por Gandhi e por Luther King, onde “o importante não é a gente ser valente ou violento de vez em quando, mas firme o tempo todo, a vida toda, em todas as atitudes, quer na família, na fábrica ou na sociedade.” (JESUS, 1997, p. 16)

Tempos depois, novamente decorrente dos desmandos do sr. Abdalla, quatro sindicatos, entre eles os Queixadas de Perus (todos de empresas ligadas ao Grupo Abdalla), totalizando 3.500 trabalhadores, apresentaram reivindicações comuns. As reivindicações não foram atendidas, motivando nova greve, declarada em 14 de maio de 1962. Após um mês de paralisação nas várias fábricas, o Grupo Abdalla fez acordo — em separado — com três sindicatos e lhes declarou: “Os Queixadas de Perus, eu quero esmagar”. (JESUS, 1992, p.41)

Nesse percurso, os Queixadas se viram obrigados a seguir a estratégia de continuar a greve para poder fazer valer seus direitos. Como disseram: “A nossa sorte está lançada: o deputado Abdalla tem o Banco do Brasil à sua disposição; nós temos a fé que nos levou a jurar não voltar ao trabalho como homens derrotados [...]”. (JESUS, 1992, p.42)

Essa greve da Perus, em 1962, durou sete longos anos. Cumpre falar que, em meio aos trabalhadores, esses se dividiam entre os “queixadas”, que representavam a resistência e tocavam a greve, e os “pelegos”, que não apoiavam a greve.

Os conflitos que transcendiam os muros da fábrica, dado o tamanho vínculo desta com o bairro nas razões todas da vida, e pela forma pacífica de luta, envolveu não só os trabalhadores, mas também toda a família no processo. Mulheres e crianças participavam dos piquetes e das passeatas pelo centro de São Paulo. Inclusive, merece destaque o fato de que as mulheres do bairro protagonizaram uma importante campanha reivindicando a instalação de filtros nas chaminés responsáveis pela emissão do pó de

cimento que provocava poluição do ar, ocasionando graves problemas de saúde à população, principalmente às crianças e aos mais idosos.

Entre 1973/1974, a Fábrica sofreu intervenção e confisco federal, por causa das dívidas e impostos não pagos. A Fábrica foi a leilão; contudo, foi retomada pelo grupo Abdalla, que detém sua propriedade até hoje.

Em 1987, os últimos funcionários, tidos como “pelegos”, foram remanejados para as estruturas de Cajamar, dando-se o fechamento definitivo da Fábrica de Cimento Portland Perus.

2 DA LUTA PELO TOMBAMENTO À LUTA PELA DESAPROPRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA FÁBRICA EM CENTRO DE CULTURA E MEMÓRIA DO TRABALHADOR

O sonho dos Queixadas em transformar um palco de lutas em Centro de Cultura e Memória do Trabalhador vem se desenhando, pode-se dizer, desde 1971, nos registros de um projeto chamado Centro de Estudos do Trabalho e Recreação, baseado na “não violência ativa”, que seria organizado em bases cooperativas.

Em 1985, devido aos problemas na gestão da Fábrica de Cimento Perus, como relatado anteriormente, o sindicato dos Queixadas demandou sua desapropriação ao governo do estado.

Em 1991, um “novo” projeto do Sindicato “da Perus”, chamado Perus — Centro de Cultura Operária, reafirmou a inspiração na doutrina social cristã do padre Lebrecht, na vida de Gandhi e Luther King, cujos objetivos eram: espaços para manifestação popular, capacitação sindical e profissional, promoção da mulher e do idoso, formação da juventude, museu da memória da fábrica, do trabalhador e da estrada de ferro (ADVOCACIA CARVALHO DE JESUS, 1991). Também foi mencionado um centro municipal de abastecimento com venda direta do produtor, centro de recreação e esportes, preservação ambiental e um programa habitacional. O documento justifica a necessidade de tombamento do conjunto e sua desapropriação (JESUS, 1992, p. 85-109).

Aproveitando o cenário político favorável, em 1991, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, realizou-se o tombamento de uma área de aproximadamente 750.000 m² da Fábrica, Vila Triângulo e casarões no entorno, que se tornariam Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo. Em 1992, a

prefeita decretou a utilidade pública de uma parte da área, para a implantação de um Centro Cultural do Trabalhador. Porém, mesmo após o tombamento, a Fábrica continuou nas mãos da família de J.J. Abdalla, impossibilitando qualquer ação nesse sentido.

Em 2003, o vereador José Laurindo — do Partido dos Trabalhadores — criou a Lei nº 13.549/03, tratando da autorização ao Poder Executivo Municipal para a implantação do Centro Cultural da Fábrica de Cimento Portland Perus e do Centro Temático da Estrada de Ferro Perus-Pirapora integrados ao Parque Anhanguera, maior parque em área verde da metrópole paulista. Entretanto, esse projeto não foi executado devido à falta de verbas — públicas ou privadas — que viabilizassem não só a desapropriação, mas também projetos de interesse da população local e de seus simpatizantes.

De lá para cá muitas ações foram pensadas e organizadas. Todavia, em 2012 os antigos movimentos se juntaram aos atuais para fortalecer a luta pelo uso público da Fábrica de Cimento, nascendo em 2013 o Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus, o qual reivindica a instalação do Centro de Lazer, Cultura e Memória do Trabalhador, segundo aspiração antiga do Movimento dos Queixadas.

Esse movimento em defesa da Fábrica de Cimento reúne diversos movimentos locais, atuantes historicamente na luta pela destinação pública da Fábrica. Ao Movimento pela Reapropriação da Fábrica somaram-se instituições científicas e outras organizações civis, resultando uma composição diversificada, com o mesmo objetivo, ou seja, fortalecer a pauta de lutas pela preservação e transformação da Fábrica e a finalidade de dar um papel social adequado ao seu valor simbólico e material como testemunho da construção fabril e como conjunto urbanístico e ambiental para a cidade, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável, alicerçado na produção de conhecimento, nos valores humanistas, na cultura e na memória operárias.

A gestão da Fábrica transformada, enquanto equipamento pensado com esses valores, mais do que participativa, se propõe radicalmente democrática e pública, envolvendo horizontalmente todos os agentes a ela associados: moradores, trabalhadores, gestores, educadores etc.

Para os Queixadas, já em 1974, o movimento em defesa da Fábrica, além de buscar o sonho de sua transformação em prol dos trabalhadores, deveria também considerar como tarefa importante transmitir todos os

meios que acreditavam legítimos, de conquistas e vitórias, aos seus filhos ou às gerações vindouras. Pode-se entender aí um processo de educação em sentido lato.

As aspirações desses vários grupos ligados ao movimento operário dos Queixadas tornaram-se explícitas em 1991, por meio de um documento intitulado “Projeto Cultural para a Fábrica de Cimento Perus”, o qual dizia²:

Cabe a princípio preservar a área habitacional, guardando ainda hoje suas características originais, onde residiram e ainda residem os operários ou seus descendentes.

Cabe também preservar as construções industriais da fábrica, com seus galpões, escritórios, oficinas, fornos, máquinas, equipamentos e ferramentas; seus pátios, guaritas, silos e plataformas; o refeitório e as áreas de lazer e recreação e as áreas esportivas. Tudo isso lembra onde e como viveram os Queixadas.

E isso constitui a materialização, em espaços e objetos, de sua cultura e de sua herança.

Mas preservar não pode ser entendido, neste contexto, como congelar, manter intocável, inacessível, sagrado, pois tal conotação é totalmente estranha para todos aqueles que confundiram suas próprias vidas com as ações que desempenharam ali. Nada seria mais incoerente com a preservação da memória dos trabalhadores da Perus do que a mumificação das coisas para conservá-las.

Trata-se, portanto, de fazê-las hoje presentes naquilo que têm de mais vivo e dinâmico, retomando sua memória para que sirva de alicerce na construção da história que é e será. Neste sentido, cumpre pensar os prédios e espaços da velha fábrica como palco privilegiado daquelas atividades que contemplem tal perspectiva dinâmica (PRÓ-CENTRO DE CULTURA OPERÁRIA-PERUS, 1991).

2. O referido documento foi assinado por uma comissão chamada de Pró-Centro de Cultura Operária-Perus e recebeu apoio das seguintes entidades que assinam o documento: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo; Associação dos Aposentados de Perus; Secretaria Municipal de Cultura; Centro Cultural “Ajuá” Perus; Frente Nacional do Trabalho (FNT), Secretariado Nacional Justiça e Não Violência (Serpaj); Comunidades Eclesiais de Base-Perus; Advocacia Carvalho de Jesus; Grupo de Professores Perus e Grupo de Teatro “Se me deixam falar” — Perus.

Pode-se, a partir daí, observar uma forma de entender a Fábrica, e tudo mais, material e imaterial, que a ela fizer referência, como um bem cultural, para uso público e social, eleito pela própria comunidade para ser preservado, servindo como um suporte para manutenção da história e memória de um grupo social, normalmente não contemplado nas narrativas e símbolos oficiais.

3 HISTÓRIA E MEMÓRIA DE PERUS: PRÁTICA EDUCATIVA DENTRO E FORA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Considerando a descrição anterior, é possível compreender a pergunta, a certa altura, feita pelo incansável defensor da justiça e dignidade dos trabalhadores, dr. Mário Carvalho de Jesus: “Porque construir um centro cultural em Perus ?”

Com essa indagação feita por dr. Mário em 1992, é que continua essa narrativa, agora enfatizando a importância da articulação entre história, memória e escolas do bairro de Perus.

Com o tombamento da Estrada de Ferro Perus a Pirapora, em 1978, pelo governo estadual, e sua revitalização agora incentivada por várias entidades locais, além dos estudos em desenvolvimento na Secretaria Municipal de Cultura para o tombamento da própria fábrica e das vilas operárias, nosso projeto ganha grande impulso.

Neste momento, a participação de todas as escolas da região é decisiva, não só como transbordamento da ação educativa, mais ainda como reforço à efetiva integração na comunidade (AZEVEDO apud JESUS, 1992, p. 88).

Como se vê, à época, o movimento operário da Fábrica de Cimento Perus se firmou para além de seus muros, propondo uma sociedade mais justa, fraterna e humana em compasso com grupos ligados à Igreja Católica, ao Partido Democrata Cristão e à Frente Nacional do Trabalho.

Quando, em 1974, o Sindicato do Cimento emitiu um documento chamado *Resumo da luta e avaliação de 150 meses dos Queixadas: um pedido e duas perguntas*, tornou-se evidente o caráter abrangente das lutas dos operários “da Perus” na busca do envolvimento da população local. O “pedido” de que trata tal documento não se restringe apenas aos sindicalistas, como

se pode constatar logo abaixo na reprodução de trechos do documento:

19 – Cada um de nós tem uma história para contar nesses doze anos e meio de resistência. Cada um tem uma experiência própria, vivida com a família, com os companheiros, com as autoridades. Conte pra gente pelo menos dois fatos. Um mais duro, e o outro mais alegre. Se tiver dificuldade em escrever, peça a ajuda do filho, do vizinho, do amigo, ou a um de nós da Comissão Permanente. Escreva com a máxima franqueza, quanto quiser [sic]. Estamos preparando material para um livro e sua colaboração é necessária.

Você tem 30 dias para responder. Conte a sua história (SINDICATO DO CIMENTO, 1974, p.9).

E, em seguida, a Comissão Permanente faz as duas perguntas:

Primeira pergunta: Depois dessa longa e sofrida resistência, vale a pena um encontro geral para uma confraternização com os novos e com aqueles que nos ajudaram nesses 12 anos e meio, isto é, de 14.5.62 a 14.11.74? Se vale a pena, de que forma e em que dia? Juntos em Cajamar e Perus ou separados? Responda também por escrito, em 5 dias, após receber o atrasado.

Segunda pergunta: Vale a pena a gente guardar para sempre e transmitir aos nossos filhos o significado do dia 14 de maio de 1962? Vale a pena fazer todos os anos no dia 14 de maio um encontro do Sindicato ou na rua, defronte ao Sindicato? (SINDICATO DO CIMENTO, 1974, p. 9).

Naquele momento, quando da avaliação dos Queixadas feita pelo próprio movimento sindical, já eram colocadas propostas de continuidade de luta, implícitas especialmente na segunda pergunta em que se manifesta claramente o desejo de transmitir tudo o que aconteceu aos trabalhadores e suas famílias às gerações futuras, ou seja, o que essa luta dos Queixadas significou e significa, uma vez que sua história e memória resistem até hoje.

Nesse sentido, seguindo o mesmo exercício de reflexão do movimento sindical, pode-se propor outros questionamentos:

1º) É possível inferir que no bairro de Perus manifestações, passeatas e tudo o mais de que se valem as organizações populares para reivindicação de direitos, fazem parte do contexto que produziu uma ambiência cultural específica, caudatária da organização sindical das décadas de 1950 e 1960?

2º) Qual o papel das escolas na transmissão dessa história de luta narrada pelos operários da fábrica e seus familiares?

A partir dos anos de 1990, coincidindo com propostas de uma educação mais democrática para o país, o movimento pela criação de um Centro Cultural do Trabalhador e toda a ambiência vivida em Perus (relacionada à Fábrica de Cimento e à Ferrovia Perus-Pirapora) passaram de forma efetiva a fazer parte do cotidiano de muitas escolas. Dessa forma, muitas unidades escolares do bairros e propuseram a considerar, então, os aspectos sociais vividos pelos estudantes e não apenas os conteúdos curriculares propostos tradicionalmente pelo sistema de ensino.

Diante disso, muitas escolas da região se inseriram no movimento pela criação de um Centro Cultural do Trabalhador, realizando, desde o final da década de 1980 até os dias atuais, trabalhos pedagógicos com os estudantes tendo em vista a apropriação da memória popular e a constituição de narrativas históricas a partir dos acontecimentos de Perus, interligadas à história da constituição da cidade de São Paulo e do Brasil.

Muitos são os exemplos de práticas pedagógicas nessa direção. Alguns desses exemplos serão aqui relatados, tendo em vista a importância da articulação entre escolas, memória e história locais para a construção de conhecimentos considerados importantes para a formação integral dos estudantes.

No boletim informativo chamado *Piuíí* n. 1, de fevereiro de 1992, feito pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), há um histórico do movimento pelo tombamento da “Perus-Pirapora” — conquistado em 1987 — e também referências à presença de estudantes nesses novos momentos de organização, como podemos verificar no artigo intitulado “Uma luta de muita história”³:

Na Segunda fase do movimento, a partir de 1989, foram promovidas quatro Caminhadas Ecológicas em Perus e uma em Cajamar. Mais de oito mil estudantes participaram de um concurso de desenhos cujo tema era a EFPP, dentre muitas outras iniciativas (UMA LUTA..., 1992).

3. A Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, fundada por Patrick H. F. Dollinger, reúne pessoas que possuem interesses na preservação de ferrovias e equipamentos ferroviários. Opera uma ferrovia a vapor de 24,5 km (Museu Ferroviário Dinâmico da entidade, em Campinas) e está envolvida, há pelo menos dez anos, com iniciativas pela reativação da Estrada de Ferro Perus-Pirapora e pela criação de um museu ferroviário em Perus.

No boletim *Piúíí* n.4, de agosto de 1992, também distribuído nas escolas, a manchete faz alusão ao movimento: “E.F.P.P. e Fábrica, juntas no mesmo trem”, chamando os leitores a pensarem na Fábrica e Ferrovia transformadas em espaço de lazer:

Imagine você chegando a Perus, divertindo-se em um Centro Cultural ao estilo do Sesc-Pompeia na Fábrica de Cimento e embarcando em composições puxadas por marias-fumaça da Perus-Pirapora rumo ao Parque Anhanguera e a Cajamar, município que está sendo transformado em estância turística. (E.F.P.P. ..., 1992)

No mesmo boletim, ao pé da página, há o aviso da publicação do resultado do concurso de redações, sendo que no verso do mesmo boletim, a redação é integralmente transcrita. O vencedor do concurso, promovido pelo movimento pela reativação da Ferrovia Perus-Pirapora, do qual participaram 300 estudantes das escolas de Perus, foi um aluno de oito anos, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cândido Portinari.

A redação do aluno vencedor, cujo título é “O alegre trenzinho”, dá a dimensão de aceitação por parte dos estudantes das ideias propostas pelo movimento popular:

Era uma vez um trenzinho, há muito tempo atrás. Ele era muito feliz. Ia e vinha, ia e vinha, piuiii! piuiii! Chuc, chuc, chuc.

Ele ia cheio de alegria porque iam nele muitas crianças e muitos adultos também. Os papais levavam varas de pescar, as mães levavam as cestas com lanches e frutos para um piquenique e as crianças levavam seus brinquedos e iam felizes para mais um passeio de domingo.

À tardezinha, o trenzinho vinha chegando...chuc, chuc, chuc, piuiii! piuiii! E as crianças todas com sono e cansadas, mas muito felizes.

Mas um dia...Tudo acabou. O pobre trenzinho foi abandonado e ficou muito triste.

Hoje, aquelas crianças cresceram e lutam para que o trenzinho volte e com ele voltem os alegres e gostosos piqueniques de domingo e também a alegria das crianças por poderem passear e conhecer a natureza e o alegre trenzinho (E.F.P.P. ..., 1992).

A redação premiada do estudante fala que o entorno da Fábrica de Cimento e da Ferrovia Perus-Pirapora, desde o funcionamento de ambas, era utilizado aos finais de semana como espaço de lazer para várias famílias, muitas delas vindas de outras regiões da cidade de São Paulo. O conteúdo do texto retoma momentos vividos pela população do bairro e relata, talvez, o passado de seus familiares.

Os boletins informativos que chegavam às escolas atestam a intenção dos grupos populares organizados em envolver os estudantes na campanha pela reativação da Perus-Pirapora e pela transformação da Fábrica em Centro de Cultura e Lazer, evidenciando ser a escola um dos meios de transmissão de todo conhecimento acumulado na vivência dos operários e moradores do bairro em momentos passados.

Em 1989, o então movimento popular Pró-Centro de Cultura Operária-Perus reconheceu na administração pública municipal uma forte aliada na organização mais sistemática de suas antigas reivindicações. A presença do Departamento do Patrimônio Histórico do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (DPH/Conpresp) na organização do Centro de Memória do Sindicato da “Cimento Perus” resultou em um estudo sobre a Fábrica e o movimento operário⁴.

Naquele momento, as escolas foram consideradas, pelos organizadores dos trabalhos, essenciais para desenvolver entre os estudantes assuntos relacionados à Fábrica de Cimento, à constituição do bairro e às lutas dos movimentos organizados da região, contribuindo para a construção da história e da memória, entendendo ser esta última carregada de mitos e anacronismos; entretanto, como nos alerta Le Goff, a memória é “essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido dessa relação nunca acabada entre o passado e o presente” (LE GOFF, 1996, p. 29).

Hoje, não se têm dúvidas de que utilizar os acontecimentos e a cultura locais como conteúdos escolares produziu e continua produzindo grande envolvimento de estudantes e professores das escolas de Perus. Entende-se

4. Trata-se de estudo que originou um Parecer Técnico STLP e STCP – ao processo de tombamento da Área da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (agosto de 1992, Prefeitura de São Paulo).

que tais ações pedagógicas em torno da história e memória contribui na constituição de uma identidade entre os moradores do bairro, mesmo que muitos dos estudantes de agora não tenham tido qualquer relação com as pessoas que viveram o auge de funcionamento da Fábrica. O trabalho realizado pelas escolas ressoa entre professores, estudantes e seus familiares e traz à cena elementos que contribuem para o entendimento das relações sociais, econômicas e políticas presentes.

Há um grande número de trabalhos escolares arquivados no Sindicato da Cimento Perus, com professores ou pesquisadores que atestam tal envolvimento (Figuras 1 e 2).

FIGURA 1

Capa de trabalho de pesquisa da aluna Beatriz Santana Almeida, 2001. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora Maria Helena Bertolini Bezerra.

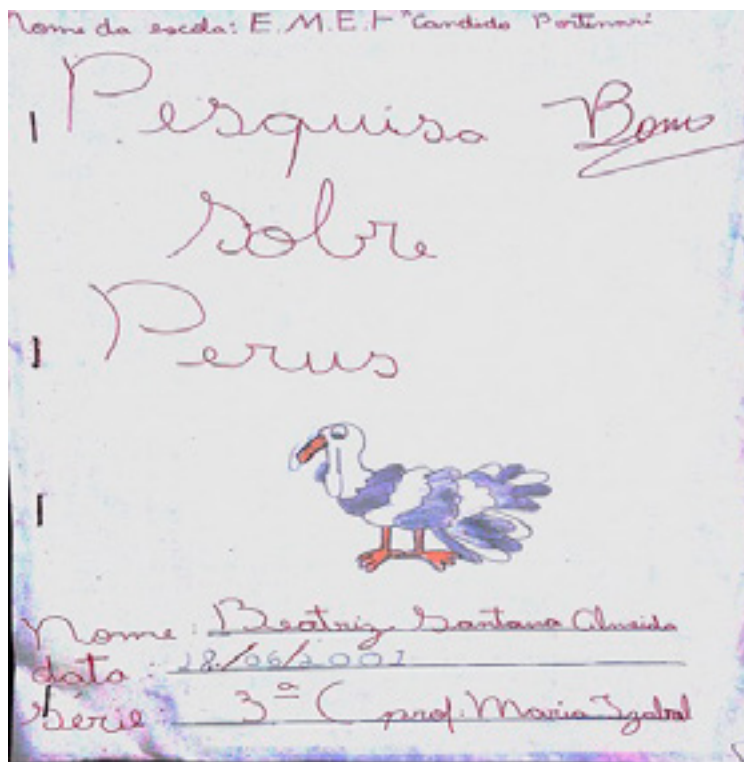
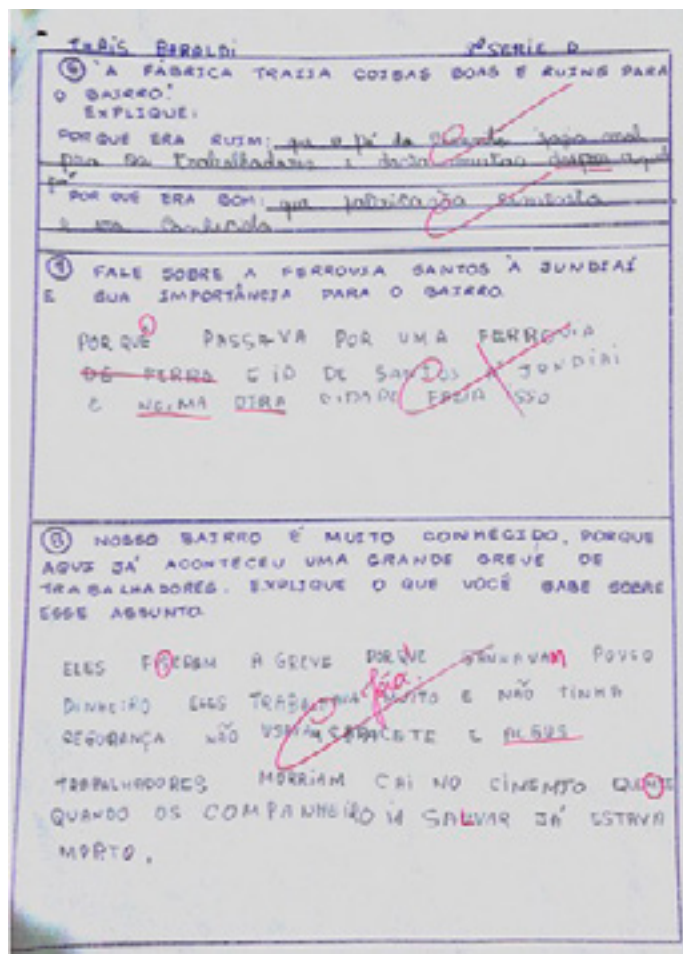


FIGURA 2

Avaliação da aluna Thaís Baraldi da Emef Cândido Portinari, 2001. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora Maria Helena Bertolini Bezerra.



Ao compreender que as ações realizadas pelas escolas em torno das histórias e memórias do bairro resultam de inúmeros fatores históricos, sociais e políticos, considera-se que cabe indagar constantemente sobre os sentidos e significados desses trabalhos com conteúdos extraídos do universo sociocultural de pertencimento dos estudantes. Julga-se importante refletir sobre os resultados em termos de ensino e aprendizagem, principalmente em relação à produção das subjetividades. Ou seja, é necessário saber se a prática pedagógica com a história local contribui para a constituição de cidadãos críticos e atentos para a construção de uma sociedade justa e fraterna. A reflexão da ação pedagógica, baseada numa ação mais progressista, evidentemente, deve ser constante.

Passados muitos anos desde que se tem notícia das primeiras práticas escolares em torno da história e memória de Perus, constata-se que muitas escolas mantêm o interesse em continuar o trabalho. Não raro, vários estudantes procuram o Sindicato, antigos moradores, ex-trabalhadores da Fábrica e seus familiares ou mesmo organizações ligadas aos movimentos sociais do bairro, para obterem informações sobre a Fábrica e sobre a história do bairro, entre outros assuntos.

Alguns casos atuais de trabalhos realizados pelas escolas podem ser relatados com maiores detalhes por contar com a participação de pessoas ligadas ao Movimento Pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus, uma versão atual, como já dito anteriormente, do movimento para a transformação da Fábrica em Centro de Cultura do Trabalhador, que teve como forte aliada a Universidade Livre e Colaborativa⁵, que, principalmente entre 2011 e 2014, perseguiu uma pauta de reivindicações, incorporando novas

5. Universidade Livre e Colaborativa é um programa que teve início em 2011, a partir do encontro do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) do Labcidade (FAU-USP) com lideranças sociais, artistas e professores no bairro de Perus, em especial a Comunidade Cultural Quilombaque e o coletivo de educação Coruja, gerando atividades experimentais didático-pedagógicas, de enfrentamentos e busca de soluções de questões urbanas e sociais na região. Tanto o NEP quanto os grupos parceiros em Perus vinham de um acúmulo de experiências anteriores de articulação entre universidade e comunidade, o que permitiu gerar um programa de trabalho novo, de uma abrangência maior do que fora possível até então, denominado Universidade Livre e Colaborativa. Atualmente, houve recuo dessa forma de “fazer” Educação, uma vez que os organizadores seguiram rumos distintos; porém, sem exceção, todos ainda mantêm relação firme e direta com o Movimento pela Reapropriação da Fábrica.

demandas de acordo com os dias atuais⁶.

Retomando o trabalho com as escolas, na Escola Municipal Philó Gonçalves dos Santos, uma professora dos primeiros anos do ensino fundamental desenvolveu ações de pesquisa sobre Perus com os estudantes de sua turma no ano de 2011, o que resultou em trabalhos muito interessantes. Depois, em 2013, como ilustram as Figuras 3 e 4, por ocasião da presença de um grupo de participantes do Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento/Universidade Livre e Colaborativa, convidados pela escola, os mesmos estudantes puderam falar sobre os momentos que viveram quando ainda estavam no segundo ano e o quanto consideravam importante a história de Perus, agora com outros entendimentos.

6. Pautas prioritárias: 1) a proteção, restauração e uso público da Fábrica de Cimentos Portland Perus e a implantação do “Corredor cultural” e dos “três eixos” de desenvolvimento defendidos desde o Fórum de Perus, do Centro de Cultura e Memória do Trabalhador previsto pelo movimento dos Queixadas, do espaço de gestão comunitária e da Universidade Livre e Colaborativa; 2) elaboração de um plano participativo de proteção ambiental integrado com equipamentos de educação, saúde e lazer, procurando possibilidades de geração de renda; 3) estímulo e apoio ao desenvolvimento de incubadoras locais nesses temas, sobretudo por jovens e no formato de gestão autônoma e coletiva; 4) desenvolvimento de uma estratégia inovadora de gestão pública local baseada na integração e na participação direta e na capacitação de moradores, administração pública e demais órgãos descentralizados; 5) atenção a uma noção de desenvolvimento fundada em uma perspectiva humanista que valorize as potencialidades de crescimento intelectual, sensível, solidário, sobretudo a partir da educação e cultura, da saúde e do ambiente e da capacitação dos diversos estratos da população para ações baseadas nessas perspectivas; 6) o desenvolvimento de material de apoio didático e dinâmicas sobre a história de Perus e programas de curta duração de formação na área de cultura, meio ambiente e cidade; 7) compreensão e interferência crítica e construtiva nos processos de desenvolvimento e gestão urbana, na transformação das paisagens e no desenvolvimento humano e cultural baseado na fruição cognitiva e sensível, solidária e afetiva da cidade, visando a transformação de seus valores e práticas; 8) contribuição para ampliar o acesso ao sentido e conteúdo de instituições culturais em outros locais da cidade em projetos educativos visando ampliar estratégias para potencializar uma irradiação cultural e educativa em Perus; 9) contribuição para a valorização da memória e da história vivida pela população, de seu conhecimento e para a reflexão sobre o sentido dessas experiências na construção da cidade; 10) priorização a projetos de parceria com as escolas públicas no escopo e princípios da não-violência ativa; 11) homologação da Terra Indígena do Jaraguá, melhoria da qualidade de vida respeitando os valores e práticas guaranis decididos por processos próprios da comunidade, reconhecimento de sua importância e valorização de seu potencial cultural e educativo para a cidade; 12) colaboração na implantação do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá-Perus, aprovado no Plano Diretor em 2014, art. 314 da Lei, reconhecendo a herança de lutas na região e seu patrimônio, em grande medida decorrente dos esforços da Universidade Livre e Colaborativa na criação desse novo instrumento de gestão para o planejamento urbano.

FIGURA 3

Levantamento das memórias dos estudantes. Foto: Acervo pessoal da autora.



Recentemente, as escolas da rede municipal de São Paulo passaram por reestruturação curricular⁷. Uma das grandes mudanças foi considerar que os estudantes, durante o ciclo autoral, deveriam produzir pesquisas de seus interesses; ou seja, intenta-se que os estudantes produzam conhecimento. No caso da Emef Philó Gonçalves dos Santos, em 2014 alguns grupos de estudantes escolheram pesquisar a história de Perus, o que resultou em grande envolvimento na busca de informações de modo a compor uma narrativa sobre o bairro. Em outra escola municipal, a Emef Júlio de Oliveira, também em 2014, os professores do ciclo interdisciplinar juntamente com os estudantes estudaram a história do bairro e convidaram pessoas ligadas ao Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento e outros moradores de Perus para contarem a história local. A opção feita pela escola em trabalhar os temas ligados a Perus no ciclo interdisciplinar teve por objetivo, segundo os professores, a integração entre as disciplinas escolares, envolvendo o desenvolvimento de projetos pedagógicos.

7. O decreto n. 54.452/2013, que regulamentou a Portaria 5.930/13, instituiu o “Programa Mais Educação – São Paulo”, cujo conteúdo reorganizou a estrutura do ensino fundamental da rede municipal de ensino. Tal reestruturação consistiu na criação de três ciclos para esta etapa de ensino: Ciclo I – Alfabetização (1º, 2º e 3º anos); Ciclo II – Interdisciplinar (4º, 5º e 6º anos); Ciclo III – Autoral (7º, 8º e 9º anos).

Os professores da Emef Júlio de Oliveira afirmaram que o trabalho com os temas de Perus poderia facilitar o desenvolvimento de projetos feitos pelos estudantes e a elaboração do trabalho do ciclo autoral, ao final do ensino fundamental.

Destaca-se que a Emef Júlio de Oliveira em 2019 recebeu o Prêmio Territórios, terceira edição, do Instituto Tomie Otake, em parceria com o Ministério da Cidadania e a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em reconhecimento do projeto “Caminhos do Concreto”, sobre a Fábrica de Cimento. A premiação procura destacar dez escolas do município que, por meio de diversos saberes culturais, fortalecem o vínculo da escola com os territórios da cidade. Nesse trabalho da Emef Júlio de Oliveira, novamente, membros do Movimento pela Reapropriação da Fábrica e do Movimento da Ferrovia Perus-Pirapora estiveram envolvidos de alguma forma.

Outra ação pedagógica na direção de pesquisas que levam a desvelar a história do bairro aconteceu na Emef Fernando Gracioso. Os integrantes da escola, especialmente os professores, muitos deles moradores de outras localidades de São Paulo, souberam que a escola foi resultado de uma intensa mobilização popular da região onde a unidade está instalada, constituindo o que os próprios moradores dali denominaram como uma grande conquista. Desse modo, há algum tempo, nas práticas pedagógicas da escola são incluídas pesquisas, palestras com antigos moradores do bairro e participantes de movimentos sociais, em especial da Fábrica, exposição de fotografias, exibição de filmes etc. para que a comunidade escolar componha uma narrativa acerca da identidade da escola.

Invariavelmente, dentre os temas das pesquisas feitas pelos estudantes da Emef Fernando Gracioso entraram em cena aqueles relacionados à história do bairro. Assim, a Fábrica de Cimento, a luta operária e a poluição, entre outros assuntos, passaram a compor o currículo da escola.

Pessoas ligadas ao Movimento pela Reapropriação da Fábrica foram convidadas para participar de algumas horas de estudo com professores, alunos e gestores da escola, ajudando na composição de tais narrativas sobre o bairro.

Os temas relacionados à história e à memória de Perus também estão presentes na formação de professores do bairro. Para tanto, nos anos de 2011 a 2013, um projeto de tutoria dos estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP),

em parceria com militantes do Movimento pela Reapropriação da Fábrica, ofereceu cursos de extensão universitária aos moradores do bairro. Os cursos faziam parte de um projeto de formação chamado “Café Filosófico”, cujo objetivo era discutir a história e a memória de Perus. Ressalta-se o grande número de professores das redes públicas de ensino e demais interessados que participaram dos cursos.

O primeiro curso, realizado em 2011, teve por tema a história e a memória da Ditadura Militar no Brasil. Com o título “Direito à memória”, além da discussão em torno da “vala comum”, localizada no Cemitério Dom Bosco de Perus, que recebeu corpos dos desaparecidos políticos durante a Ditadura Militar, foi estabelecida relação com os temas “Fábrica de Cimento” e “Queixadas”, por causa dos operários em greve no mesmo período da repressão, que mantiveram resistência singular durante a mais longa greve (1962-1969) que se tem notícia na história no Brasil.

Outro curso abordando também o assunto causou grande interesse entre os professores de Perus em 2013, em uma parceria entre pessoas ligadas ao Movimento pela Reapropriação da Fábrica e à Diretoria Regional de Educação Pirituba, esfera municipal. O curso teve por tema “Memória e história de Perus: o saber local e a prática em sala de aula”.

Em continuidade ao processo de formação dos professores, os mesmos parceiros promoveram em 2014 outro curso sobre o bairro de Perus e sua história, recebendo o título de “Debate permanente: memória, cultura e paisagem, uma construção de direitos”.

Evidentemente, até aqui, o objetivo foi o de ressaltar a importância em manter a articulação entre a escola e os movimentos sociais que contribuem para que o modelo de nossa sociedade seja transformado. Acredita-se que essa forma de ver o mundo, e a educação que liberta a humanidade, permita que todos os sujeitos, em seu tempo e lugar, contem suas memórias e histórias, e não apenas alguns com suas narrativas eleitas como “oficiais”.

Nesse sentido, continua atual a pergunta feita pelo dr. Mário, tempos atrás, qual seja: Por que construir um centro cultural em Perus?

Aliás, outra pergunta pode ser sugerida: Por que a comunidade de Perus luta há quase três décadas para transformar a antiga Fábrica de Cimento, bem tombado, em Centro de Cultura, Lazer e de Produção de Conhecimento, a duras penas e sem êxito?

FIGURA 4

Imagens da sistematização de atividade com alunos na Emef Philó Gonçalves dos Santos, 2013. Fonte: acervo pessoal Regina Bortoto.



Levantamento com a classe

História de Perus

- 1- Mulher da fazendinha que criava perus e cozinhava para as pessoas;
- 2- Não tinha transporte, trem. Havia bondinho até que chegou a Maria Fumaça;
- 3- Fábrica de Cimento soltava muito pó, até que fecharam ela. Fazia muito mal para as pessoas;
- 4- As ruas eram de terras até que as pessoas lutaram e veio o asfalto para as ruas.

Problematizar é uma das tarefas ao se trabalhar no campo da educação patrimonial, considerando que os questionamentos contribuem com a formação de sujeitos capazes de ações críticas, criativas e coletivas para melhorar seu jeito de ser e estar no mundo.

4 PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Considerando a antiga Fábrica de Cimento Portland Perus como herança de um grupo social quase sempre “invisível” dentro do sistema que apropria e explora os trabalhadores, bem como na condição de testemunho da urbanização paulistana e da modernização do país, a Fábrica se apresenta como exemplo daquilo que a Constituição Federal, em seu artigo 216, entende por patrimônio cultural brasileiro: trata-se de bem que permite a constituição de “referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”

Portanto, o Movimento pela Reapropriação da Fábrica, bem como todos os que se envolvem direta ou indiretamente nessa tarefa de preservar a história e memória locais, vem efetivamente participando, desenhando e encontrando soluções, por meio da ação solidária, para a construção da história dos oprimidos dentro da dinâmica do presente vivido.

Alguns passos importantes nessa direção vêm sendo dados, destacam-se entre eles:

- Relação escolas e Movimento: cada vez mais a relação entre escolas, currículo, processo de ensino-aprendizagem e história e memórias da comunidade se reconhecem como aliadas e alinhadas na formação do sujeito que se quer crítico e atuante na sociedade, capaz de discernir e agir na construção de outro modelo de sociedade;
- Lutas políticas em defesa da história e memória originando vitórias: poucas, na verdade, mas significativas, por exemplo: a conquista, na lei, do parque “A Luta dos Queixadas”, incorporado no PDE, 2014, que garantirá a preservação ambiental em área próxima à Fábrica de Cimento, dando continuidade ao Parque Linear Ribeirão Perus, projeto de 2006, ambos projetos aguardando execução;
- Permanente construção do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) Jaraguá-Perus: conquista importante quando da criação de um novo instrumento urbano capaz de pensar a cidade de modo diferente, mais humano, inserido no Plano Diretor de São Paulo 2014, aprovado no dia 30 de junho de 2014 e sancionado pelo prefeito Fernando Haddad (Lei 16.050/2014). Os TICPs ainda serão regulamentados no processo de definição dos instrumentos de gestão da cidade e por lei específica. Eles são áreas que concentram grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade. Esses territórios, criados ou a serem criados na cidade, pretendem estabelecer intercâmbio e oferecer acesso à cidade como um espaço social, cultural, educacional e turístico importantes para a população e para o desenvolvimento sustentável, garantidos por meio de ações articuladas do poder público. Esse instrumento potencialmente inovador foi pensado a partir das lutas de movimentos comprometidos com educação e cultura na cidade durante o processo de discussão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. São eles: Movimento pela Reapropriação da Fábrica, Universidade Livre e Colaborativa (que atuava à época) e o Movimento Cine Belas Artes (MBA);

- Frequentes produções artístico-culturais: exposição de fotos, instalações, caminhadas, rodas de conversa, oficinas, debates, trilhas de aprendizado, teatros, intervenções urbanas, grafites, jornada do patrimônio, audiências públicas etc., em espaços como: Biblioteca Municipal Padre José de Anchieta, escolas, Cieja Perus, CEU Perus, Sindicato “da Cimento”, praças públicas etc.;
- Permanente disposição em buscar o diálogo, que vem acontecendo atualmente com o proprietário da Fábrica, a Câmara Municipal e órgãos responsáveis pelo patrimônio na esperança de salvaguardar o bem tombado e desenhar um plano de massa, a fim de restaurar e atribuir um uso público e social para a Fábrica de Cimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre os movimentos sociais e as práticas pedagógicas nas escolas do bairro de Perus se revela, até o momento, como importante alavanca que coloca a educação como instrumento libertador e transformador. Esse diálogo e confronto de saberes e experiências aponta a história da região, a memória viva de seus moradores, suas práticas culturais e lutas como potencialmente capazes de interagir com a escola e o conhecimento “oficial” que essa instituição se propõe a trabalhar; porém, ressignificando conteúdos e formas, não só com a equipe escolar — gestão, docentes e estudantes —, mas com as famílias e a comunidade interessada.

O Movimento pela Reapropriação da Fábrica, entre avanços e recuos, se depara com o desafio de buscar um destino para a Fábrica que seja não só o desejado pela comunidade e que corresponda definitivamente a um lugar no imaginário do bairro, mas também adequado para o proprietário e conectado com a cidade.

Nesse sentido, um projeto para a Fábrica, para o bairro de Perus e região, escrito a partir das necessidades de proteger e preservar os patrimônios materiais e imateriais, tombados ou não, que conferem uma característica e uma condição peculiar a um “bem querer”, está no uso que se pode fazer deles. O próprio conjunto patrimonial pode gerar as condições materiais para sua proteção e mais, impulsionar um tipo de desenvolvimento socioeconômico integrado, não degradante, sustentável e com isso fazer frente à onda voraz da especulação imobiliária que atualmente assola a região e a cidade com

sua letalidade já conhecida. A Fábrica de Cimento representa, portanto, por seu valor histórico e social, bem como pelo conjunto arquitetônico de suas instalações, mesmo que em ruínas, a memória que serve como alicerce na construção da história, símbolo de determinada forma de organização, luta e resistência construída por operários que deixaram marcas de seus corpos e almas nas edificações da Fábrica, da ferrovia, das vilas, do bairro de Perus e, sobretudo, na vida da comunidade.

REFERÊNCIAS

ADVOCACIA CARVALHO DE JESUS. Perus – Centro de Cultura Operária. São Paulo, 18 de outubro de 1991. Cópia impressa

E.F.P.P. e fábrica: juntas no mesmo trem. *Piúíí*, São Paulo, n. 4, ago. 1992.

JESUS, Mário Carvalho de (org.). *Cimento Perus: 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal*. São Paulo: JMJ, 1992. (Cadernos para Mudar, 2)

JESUS, Mário Carvalho de. Um testemunho digno de ser lembrado. *Quinzena*, São Paulo, n. 263, jan. 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1996.

PRÓ-CENTRO DE CULTURA OPERÁRIA-PERUS. *Projeto Cultural para a Fábrica de Cimento Perus*. São Paulo: [s. n.], 1991.

SÃO PAULO (município). Decreto n. 54.452, de 10 de outubro de 2013. Institui na Secretaria Municipal de Educação o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino – Mais Educação São Paulo. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 10 out. 2013.

SÃO PAULO (município). Lei n. 13.549, de 1º de abril de 2003. Fica autorizada ao Poder Executivo Municipal a implantação do Centro Cultural da Fábrica de Cimento Portland Perus e do Centro Temático da Estrada de Ferro Perus/Pirapora, integrados ao Parque Anhanguera e dá outras providências. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 2 abr. 2003.

SINDICATO DO CIMENTO. *Resumo da luta e avaliação de 150 meses dos Queixadas: um pedido e duas perguntas*. São Paulo: Sindicato do Cimento, 1974.

UMA LUTA de muita história. *Piúíí*, São Paulo, n. 1, fev. 1992.